
UMA BREVE SOCIOLOGIA DO IMPOSTO

Juremir Machado da Silva¹

Resumo

Este texto procura pôr em diálogo questionamentos da sociedade sobre a política de impostos e a circulação de dinheiro público, e idéias de pensadores como Gilles Lipovetsky, Michel Maffesoli e Jean Baudrillard sobre o contexto contemporâneo. Trata-se aqui sobre possíveis problemas de imaginário do brasileiro, ligados às dificuldades de discernimento quanto à carga tributária e a constante expectativa em relação a um Estado no qual não confia.

Palavras-chave

Impostos, Imaginário, Estado

Abstract

This text seeks to put into dialog society's questionings about the taxes politics and the public money management, and the ideas of thinkers such as Gilles Lipovetsky, Michel Maffesoli and Jean Baudrillard about the current context. It concerns us here the possible Brazilian's imaginary problems, connected to the discerning difficulties about the country's tributary rates and the usual expectations on a State in which they don't trust.

Keywords

Taxes, Imaginary, State

Uma regra do jornalismo diz que não precisamos de perguntas retóricas. Por exemplo: quem somos? De onde viemos? Para onde vamos? Onde estamos? Mas, ao menos esta, onde estamos?, merece alguma atenção: estamos na pré-modernidade, na modernidade, na pós-modernidade ou na hipermodernidade? No capitalismo tardio ou neoliberalismo atrasado? O pensador polonês Zygmunt Bauman afirma que estamos na “modernidade líquida”, na qual tudo flui, casamentos, paixões, empregos, impostos, menos o trânsito e os rios das grandes cidades. Aquela tirada de Heráclito, de que é impossível banhar-se duas vezes no mesmo rio, estaria sendo negada pelo Tietê justamente, sempre parado, nestes tempos líquidos. Daí a preferência de outro pensador, um francês, Gilles Lipovetsky, pela ideia de hipermodernidade, o tempo dos paradoxos. Na hipermodernidade, tudo flui, como diria Karl Marx, cujo pensamento estagnou, “tudo que é sólido se desmancha no ar”, inclusive aviões das empresas mais

ilustres, menos os rios e a nossa eterna vontade de não pagar impostos.

Michel Maffesoli, filósofo francês, não tem dúvidas: estamos na pós-modernidade, que se caracteriza pelo cruzamento do pré-moderno com o hipermoderno, o arcaico com a tecnologia de ponta, os sentimentos de sempre – ambição, medo, vontade de poder, desejo de reconhecimento, amor – com possibilidades tecnológicas jamais imaginadas. Em outras palavras, a internet, magia tecnológica tornada banal, a serviço da mais antiga das buscas, a de um parceiro ou parceira para uma noite. Ou, como pensava outro pensador, mais cínico e irônico, Jean Baudrillard, a tecnologia de ponta – a clonagem – a serviço da reprodução mais primitiva do mundo, a cissiparidade, reprodução das amebas, substituindo a prazerosa e evoluída reprodução dos mamíferos, o sexo.

Baudrillard busca na ironia a explicação para o inexplicável. Segundo ele, nesta sociedade em que tudo deve circular,

especialmente o dinheiro, circula também, em contraposição, um discurso, fadado ao fracasso, sobre a corrupção. Nas palavras dele:

Moralizar o dinheiro, moralizar os recursos nunca foi a função primordial de uma sociedade, mesmo se isso consta como o pretense ideal de todas as nossas democracias. O dinheiro continua por toda parte e sempre a parte maldita, a parte imoral, a parte do mal, e a função primordial permanece a administração dessa parte maldita, anular, lavar o dinheiro através do jogo, do desperdício, do desvio, da corrupção, destruir o mal com o mal. Tal é a estratégia do mal, a política do mal, que preserva o equilíbrio simbólico da sociedade (1999, p. 116).

Fazer circular a riqueza, por qualquer meio ou forma, parece ser a obsessão destes tempos líquidos e incertos. Obsessão, pode-se dizer, por liquidez absoluta. A ilegalidade, afinal, pode ser temporária, até a lei ser mudada.

De onde Baudrillard, no seu livro de crônicas intelectuais *Tela total – mitotironias da era do virtual e da imagem*, tira a seguinte conclusão:

O único delinqüente em toda essa história, desde que se admita que a mais alta função do dinheiro é circular e ser gasto, é o pequeno poupador. Pois enquanto os grandes vigaristas financeiros limitam-se a transgredir a lei moral ou a legalidade, o pequeno poupador atenta contra a lei imoral, a lei profunda da nossa sociedade... Poupança, retenção de fundos, detenção ilícita de bens privados que poderiam se tornar bens sociais, isto é, capital líquido: tal é realmente a corrupção, hoje. E há justiça no fato de que a justiça pune o pequeno poupador ao mesmo tempo que anistia e dá sinal verde à fraude em grande estilo (1999, p. 118).

Suprema ironia de quem via a sociedade como, nas palavras do nosso Gilberto

Freyre, um “equilíbrio de antagonismos”, um mecanismo tentando corrigir o outro, os fiscais e arrecadadores de impostos encarregados de frear a circulação ilícita do capital que a sociedade estimular a circular por todos os meios.

Outra pergunta retórica: o que queremos? Tudo. O que queremos receber? Tudo. O que queremos dar? Nada. Queremos os melhores serviços públicos. Queremos pagar o mínimo de impostos possíveis. Esperamos tudo do Estado, especialmente que ele seja mínimo. Esperamos que seja máximo para nos servir e mínimo para nos cobrar. Queremos segurança total e riscos suficientes para a vida ter graça. Queremos que ninguém possa sonegar impostos e que os sonegadores sejam punidos, desde que não sejamos nós. Queremos a estabilidade do casamento e as emoções da vida de solteiro. Queremos a liberdade de espírito e a proteção das religiões. Nunca fomos tão tolerantes e tão intolerantes. Derrubamos proibições seculares. Na sexualidade, cada um é livre para escolher. Inventamos novas proibições. Fumar, nem pensar. Nessa matéria, o desejo de equilibrarmos isto e aquilo, tudo e nada, Gilles Lipovetsky é o grande mestre. Em *Metamorfoses da cultura liberal*, ele nos mostra parte do caminho para entender um pouco o que chama de sociedade pós-moralista:

Acreditarmos que a intolerância só aumenta é, em parte, uma ilusão de ótica. Quando reina o culto do ego, os valores de tolerância progridem; quando desaparecem as grandes obrigações e as ideologias heróicas, triunfa o ideal do respeito às diferenças e dos Direitos do Homem; quando os indivíduos voltam-se, cada vez mais, para si mesmos é que manifestam a maior alergia à violência sanguínea. O pós-dever não significa o recuo do humanismo, mas a sua consagração social e histórica (2004, p. 35).

Estamos mais dispostos ao que nos é imposto? Gilles Lipovetsky reflete:

A própria expressão *crise social* é adequada? Podemos sustentar, de fato, que o pluralismo dos valores é a marca justamente de uma sociedade democrática liberal, de uma sociedade liberada do peso da tradição e da religião institucional. Penso que não se deve deplorar nem combater esse pluralismo de doutrinas morais pois ele é a própria condição de um Estado liberal. Um Estado é liberal quando se organiza de tal maneira que seja respeitado o pluralismo das concepções do bem moral (Rawls). Para que as sociedades liberais se mantenham, não é necessário que todos partilhem os mesmos valores, mas somente que sejam aceitos os valores mínimos da democracia e que o *ethos* prático da tolerância domine. Numa democracia liberal, não está em jogo a regeneração moral dos cidadãos, mas somente a valorização das virtudes políticas necessárias à conservação de uma sociedade pluralista: tolerância, respeito mútuo, civilidade, espírito de cooperação (2004, p. 35).

Parece pouco. É muito. Lipovetsky conclui:

Mesmo que exista conflito entre sistemas de valor, ou “guerra de deuses”, para falar como Max Weber, não há razão para uma guerra dos homens, desde que não haja violência física. É isso, precisamente, que caracteriza as sociedades pós-modernas ocidentais. Amplas clivagens axiológicas existem, sistemas de valor antagônicos persistem, mas não ameaçam, no fundamento, a paz civil. Assistimos a uma tendência para a pacificação dos costumes políticos, uma deslegitimação da violência física ligada aos novos modos individualistas de existência. Em consequência disso, o pluralismo das concepções do bem e a diversificação dos valores não conduzem, inevitavelmente, como pensava Hobbes, para a guerra de todos contra todos e ao despedaçamento da sociedade. As reações e os comportamentos depois do 11 de setembro de 2001 parecem confirmar esta minha análise. Se é absurdo afirmar que não há mais moral, é bem verdade que percebemos uma fragmentação da moral e

dos sistemas de valor. Testemunhamos uma inegável diversificação das concepções do bem. Esse “politeísmo de valores” nada tem de misterioso e faz parte da dinâmica da modernidade democrática confirmando a autonomia do indivíduo. Com o recuo moderno das tradições, cada um passou a ter de determinar-se, de inventar a sua moral, como dizia Sartre. Essa diversificação dos sistemas e essa individualização da moral podem ser vistas no tratamento das questões do aborto, do consumo de drogas, da pena de morte, da eutanásia, do casamento de homossexuais, das técnicas de fertilização com ajuda médica. Sobre todos esses pontos existem divergências entre os cidadãos. Separações maiores se impõem com o crescimento das seitas. Nas sociedades, há pluralidade moral, não niilismo moral [...] Os paradoxos da época pós-moralista não param aí. De um lado, é verdade, nossas sociedades endeusam o prazer, a sexualidade, a satisfação do desejo, etc. Por outro lado, contudo, elas são tudo menos sociedades entregues à orgia ou à anarquias sexuais. Que vemos? Nas últimas pesquisas francesas, os homens com mais de 25 anos declaram ter tido uma média entre 12 e 14 parceiras sexuais na vida; as mulheres, entre dois e cinco parceiros. Na média, nos doze meses anteriores, homens e mulheres confessam um só parceiro sexual. Estamos, portanto, muito longe da promiscuidade e da indisciplina sexuais. A superação da cultura moralista e do sacrifício, assim como a espiral dos direitos a uma vida livre, não conduz, como se diz em demasia, à decadência de todos os valores nem ao vale-tudo libidinal. Na realidade, a vida sexual continua a se dar dentro de limites precisos. As bacanais, as trocas de parceiro, as relações sexuais com um pessoa conhecida no mesmo dia, continuam sendo experiências minoritárias. Ao menos nesse campo, a liberdade serve de freio às liberdades. O mundo da liberdade individualista não leva à desordem sem freios dos costumes. Nesse sentido, a cultura pós-moralista funciona como uma “desordem organizadora”: o liberalismo cultural gera mais costumes “moderados” que costumes dissolutos (2004, p. 36).

IMPOSTOS E DISPOSTOS

Como se viu, estamos dispostos a abrir mão de parte das nossas liberdades para termos acesso à segurança e equilíbrio nas relações com os outros. Até que ponto? Estamos dispostos a pagar impostos? A palavra “imposto” parece contrariar a filosofia do nosso tempo: somos refratários a tudo aquilo que nos é imposto. *The Economist*, em abril de 2011, aconselhou o PSDB a empunhar uma nova bandeira para recuperar terreno junto aos eleitores seduzidos pelo PT: a bandeira da redução da carga tributária. Segundo a publicação, pagamos impostos demais. Há pouco, dizia-se que o Brasil tinha a maior carga tributária do mundo. Como os dados não confirmavam essa afirmação, passou-se a dizer que na relação custo-benefício o Brasil tem a maior carga tributária mundial. Ou, ao menos, dos países emergentes. O problema é que queremos mais programas sociais e menos impostos.

Como fazer? Os liberais garantem que querem menos programas sociais e menos impostos, mas vivem de pires na mão pedindo dinheiro público sempre que suas empresas entram em crise. Os ruralistas são capitalistas para os outros e socialistas para seus interesses. Se chove demais, o Estado deve intervir em favor deles. Se chove de menos, também. Eles têm uma explicação para esse pedido de exceção paradoxal: garantem a segurança alimentar. O problema parece ser de imaginário: não vemos os impostos como tributos, mas como impostos, algo que nos é imposto, contrariando os nossos interesses. Queremos almoço grátis. Exigimos a proteção social, mas gostaríamos de não pagar por ela. Não vemos os impostos como uma taxa de condomínio para a gestão compartilhada do edifício Brasil ou do Edifício Porto Alegre.

Agimos como o vândalo que destrói o mobiliário urbano: achamos que não é nosso. Temos uma justificativa: os grandes não pagam. Há alguns anos, Everardo Maciel, então secretário da Receita Federal,

teria declarado que as maiores 234 empresas brasileiras não pagavam imposto de renda. Lenda urbana? Ruído na comunicação? Não importa. Está disseminado no imaginário social que os pequenos pagam e os grandes encontram meios de escapar. Por exemplo, com as renúncias fiscais oferecidas a multinacionais. A mesma pessoa que estuda formas para sonegar uma parte do seu imposto exige do Estado o remédio caro quando fica doente e não pode ou não quer pagar o medicamento. A questão é clara: o brasileiro não se reconhece no Estado que o representa.

Vê o Estado como um salteador engalanado, um assaltante oficial que o saqueia por meios legais. O problema é que para a mesma pessoa ora o Estado é o bandido, ora é Robin Hood. A população espera tudo de um ente no qual não deposita a menor confiança. Como diz o antropólogo Roberto DaMatta, em *A casa e a rua*:

Há uma forma de cidadania universalista, construída a partir dos papéis modernos que se ligam à operação de uma burocracia e de um mercado; e também outras formas de filiação à sociedade brasileira – outras formas de cidadania – que se constroem através de espaços tipicamente relacionais, dados a partir do espaço da ‘casa’. Em outros termos, há uma nação brasileira que opera fundada nos seus cidadãos e uma sociedade brasileira que funciona fundada nas relações tradicionais. A revolução ocidental moderna eliminou essas estruturas de segmentação, mas elas continuam operando social e politicamente no caso brasileiro, sendo também parte do seu sistema social (1987, p. 94-5).

As questões que ficam são simples e claras:

- Como terminar o processo de transformação da sociedade brasileira em nação moderna?
- Como transformar os impostos em tributos no imaginário social?
- Como apostar na circulação da

riqueza sem punir o pequeno poupador?

– Como fazer dos impostos o valor a pagar para morar bem no edifício Porto Alegre, Rio Grande do Sul ou Brasil sem se sentir saqueado oficialmente?

É uma questão de imaginário e de sociologia.

Precisamos de uma sociologia dos impostos, que nos explique como uma sociedade pode viver a esquizofrênica situação de esperar tudo de um Estado no qual não acredita, disposta a fazer todo o possível para não pagar os impostos do quais espera retorno a todo momento.

NOTAS

1. Autor convidado; Doutor em Sociologia pela Sorbonne, Paris V, escritor, jornalista e tradutor, é pesquisador 1B do CNPq, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUCRS e autor, entre outros livros, de *A miséria do jornalismo brasileiro* (Petrópolis, Vozes, 2000), *As Tecnologias do imaginário* (Porto Alegre, Sulina, 2003), *O que pesquisar quer dizer* (Porto Alegre, Sulina, 2010) e dos romances *Getúlio* (Rio de Janeiro, Record, 2004) e *Solo* (Record, 2008).

REFERÊNCIAS

Baudrillard, Jean. **Tela total – mito-ironias da era do virtual e da imagem**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

DaMatta, Roberto. **A casa & a rua**. Rio de Janeiro: editora Guanabara, 1987.

Lipovetsky, Gilles. **Metamorfoses da cultura liberal – ética, mídia, empresa**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

Maffesoli, Michel. **A conquista do presente**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.